



**10 a 14 DE JUNHO**

# RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

**Valorize o seu conteúdo!**

*Evite a distribuição indevida ao público externo.*

# SUMÁRIO

**CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!**

**3**

Conselho de Administração dá diretrizes para reforma tributária, estudos da abertura do Grupo B e Newave Híbrido

**6**

Reforma tributária: Abraceel contrata Bichara e Grupo Técnico debate prioridades

**9**

Depois de uma década, Abraceel vence ação que impugna custos de ESS da Resolução CNPE 03/2013

**10**

Fazenda reafirma posição contra “jabutis” e diz trabalhar em propostas para beneficiar o consumidor

**12**

Após workshop da Cpamp, Grupo Técnico discute alterações nos modelos computacionais

**14**

Monitoramento: Período Sombra

**15**

Abraceel na Mídia

**17**

Curtas

**25**

E o Congresso?

**27**

Próxima Semana

# Conselho de Administração dá diretrizes para reforma tributária, estudos da abertura do Grupo B e Newave Híbrido

## Matéria em 1 minuto:

- Após explicações do escritório Bichara Advogados sobre o parecer em elaboração, conselheiros indicam prioridade para trabalhar diferimento na incidência tributária no final da cadeia produtiva;
- Em preparação para discussão com governo federal, estudo da Abraceel avalia cenários para realinhamento de custos associados à abertura do Grupo B – GT será convocado a pedido do CAd;
- Conselheiros ratificam proposta do GT e Abraceel vai propor adoção de um ano sombra do Newave Híbrido antes da decisão final sobre sua implantação;
- Monitoramento das ações realizadas destaca ações contra problemas enfrentados na migração dos consumidores, com reunião envolvendo cinco superintendências da Aneel, e propostas na 2ª fase da CP 28/2023.

Na última reunião do Conselho de Administração da Abraceel, dia 13.06, aberta à participação das associadas e com presença de mais de 50 participantes, foram deliberadas pautas importantes para o desenvolvimento do mercado, como a regulamentação da reforma tributária, propostas para aperfeiçoamentos dos modelos computacionais de formação de preços e estudos relacionados à abertura do Grupo B.

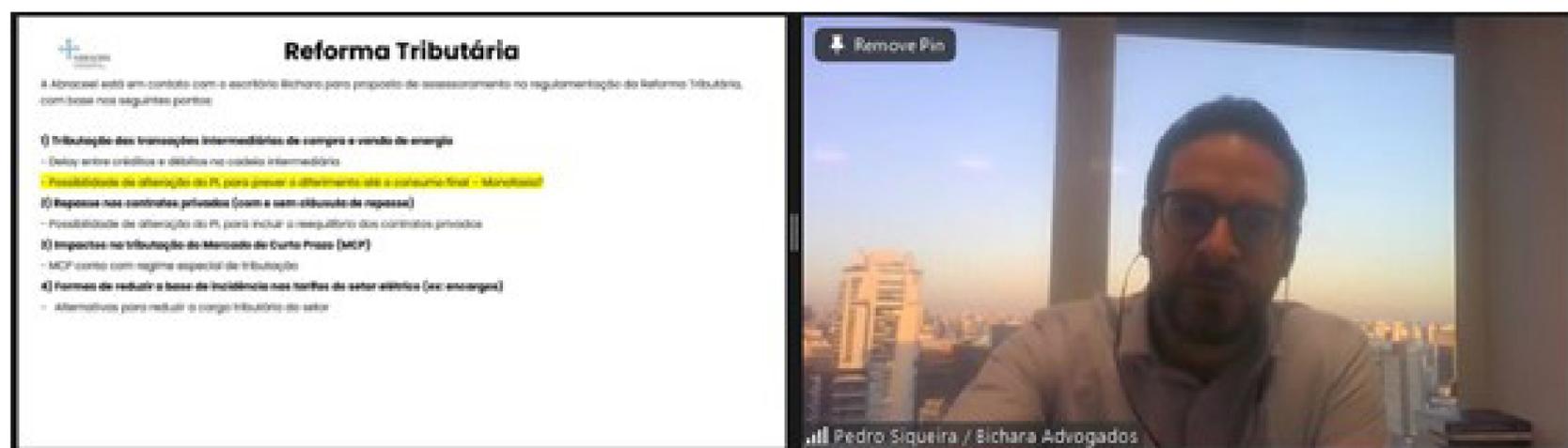


## Regulamentação da reforma tributária

Conselheiros e associadas foram informados que a Abraceel contratou o escritório Bichara Advogados para elaborar parecer sobre impactos da regulamentação da reforma tributária na atividade de comercialização de energia, que incluirá análise das mudanças propostas e recomendações de ajustes legais.

O escritório apresentará o parecer na reunião do Grupo Técnico agendada para o dia 17.06, às 15h, quando haverá discussão com as associadas. As propostas vão abarcar quatro temas centrais para a comercialização: tributação das transações intermediárias de compra e venda de energia; repasse nos contratos privados; impactos na tributação do mercado de curto prazo; e redução da base de incidência nas tarifas (ver matéria nesta edição do Relatório Semanal).

Após explicações do escritório Bichara, o primeiro tema foi considerado pelo CAd como prioritário para o esforço da Abraceel.



### **Estudos e propostas para abertura do Grupo B**

Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia da Abraceel, apresentou novas análises incluídas no estudo elaborado internamente pelo qual é analisada a abertura do Grupo B em 2026. O estudo analisa os contratos legados, as tarifas de energia e a competitividade do mercado livre de energia nessas situações.

O objetivo é municiar as associadas e a Abraceel de simulações para debater com o governo federal quando a proposta oficial for apresentada para discussão. O ministro de Minas e Energia já deu seguidos posicionamentos públicos este ano informando que a pretensão é enviar até agosto ao Congresso Nacional um projeto de lei para propor a abertura completa do mercado elétrico com ajustes nas regras setoriais.

Foi definido que o Grupo Técnico da Abraceel será convocado para conhecer e debater os novos cenários do estudo, bem como a proposta de projeto de lei elaborada por um conjunto de associações de classe, incluída a Abraceel. As associadas serão convidadas em breve para esse debate.

### **Acompanhamento orçamentário e das metas**

Rodrigo Ferreira apresentou as informações relativas à evolução da gestão orçamentária e das ações realizadas para cumprimento do plano de metas.

Destaque para iniciativas na bandeira de abertura do mercado. A Abraceel apresentou para cinco superintendências da Aneel a atualização do mapeamento das dificuldades enfrentadas pelos consumidores na migração para o mercado livre de energia, coletando informações pelo canal de comunicação FaleAqui!, que já recebeu mais de 200 casos. O estudo tem servido para idealizar propostas para simplificar a jornada do consumidor, preencher lacunas regulatórias e municiar a área de fiscalização da agência reguladora.

As informações obtidas pelo FaleAqui! também subsidiaram a Abraceel na elaboração de [contribuição para a segunda fase da CP 28/2023](#), entregue dia 07.06. As propostas incluíram o estudo contratado pela Abraceel realizado pela consultoria Bip Group, que analisou as melhores práticas para a implantação do conceito de open energy em diversos países. O estudo foi novamente apresentado, agora em detalhes e com debate, para as associadas em edição da Sexta Livre, realizada dia 14.06.

Na bandeira sobre segurança do mercado, destaque para as iniciativas conduzidas pelos participantes do Comitê de Monitoramento para propor melhoras nas regras do “período sombra”. A Abraceel é responsável pela condução de duas delas: marcação a mercado do portfólio das comercializadoras e questões e estruturas de capital e societárias.

Na bandeira sobre eficiência e inovação do mercado, destaque para discussões sobre a regulamentação da reforma tributária, reunião com o Ministério da Fazenda e outras associações para combater ampliação de subsídios e debate com a Diretoria da ANDE para tratar da comercialização da energia paraguaia no mercado livre brasileiro

### **Newave Híbrido**

Por fim, na bandeira sobre formação de preços, destaque para as propostas em formulação para CP MME 162/2024. Os conselheiros concordaram com recomendação do GT para que a Associação defenda a realização de um ano de “período sombra” antes da decisão de implementação do Newave Híbrido.

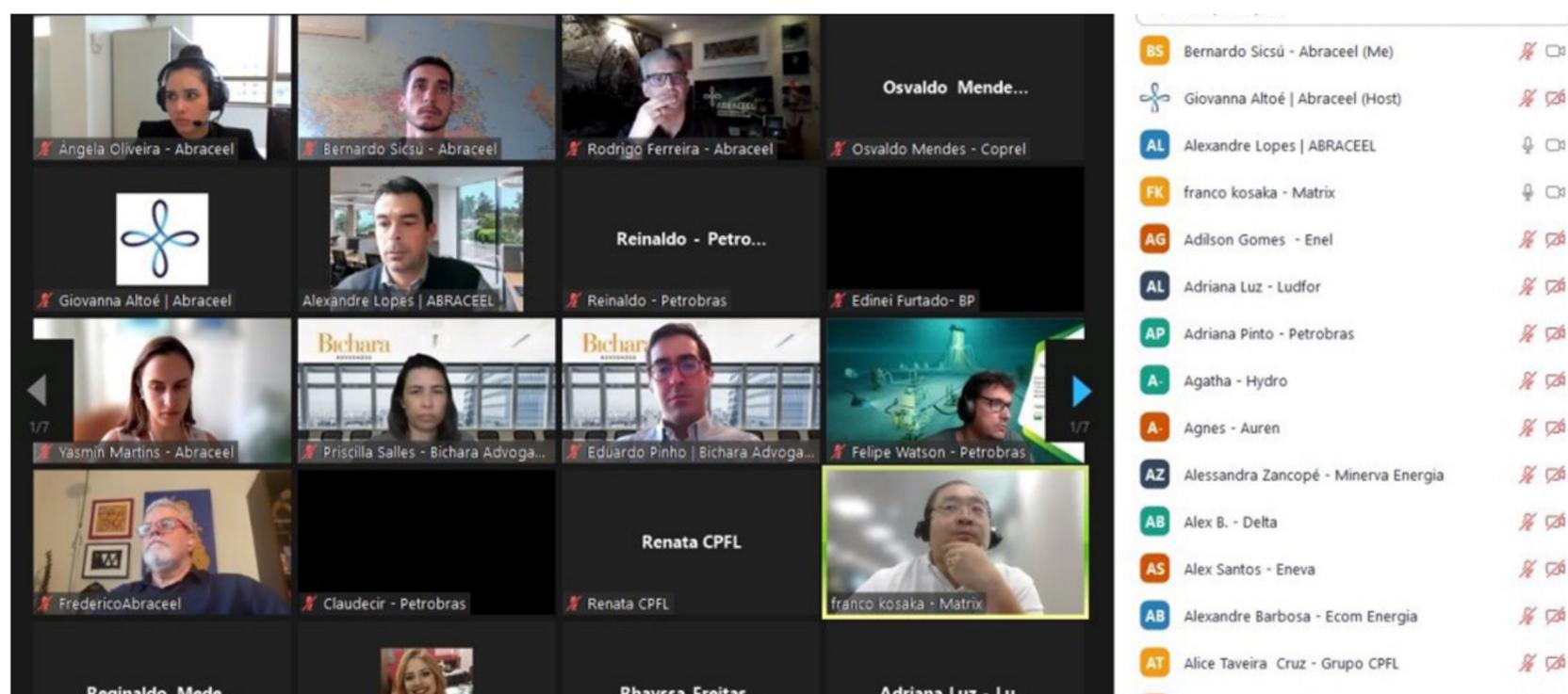
A apresentação está [disponível](#) na área do associado.

# Reforma tributária: Abraceel contrata Bichara e Grupo Técnico debate prioridades

## Matéria em 1 minuto:

- Quatro temas principais de interesse das comercializadoras foram mapeados: tributação das transações intermediárias de compra e venda de energia; repasse nos contratos privados; impactos na tributação do mercado de curto prazo; e redução da base de incidência nas tarifas;
- Escritório Bichara Advogados foi contratado pela Abraceel para preparar parecer jurídico e propostas legislativas para subsidiar as ações da Associação ao longo do processo;
- Diante dos prazos de trabalhos no Congresso Nacional, nova reunião do Grupo Técnico será realizada dia 17.06, segunda-feira, às 15h, para colher contribuições.

No dia 11.06, o Grupo Técnico reuniu-se para discutir prioridades e estratégias na fase de regulamentação da reforma tributária. O encontro contou com a participação de especialistas do escritório Bichara Advogados, contratado pela Abraceel para preparar parecer jurídico com soluções nos temas de interesse das comercializadoras, além de subsidiar as ações da Associação ao longo do processo.



## Reforma tributária no Congresso Nacional

Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais da Abraceel, apresentou o processo de tramitação dos projetos que visam regulamentar a reforma tributária no Congresso Nacional, lembrando que a PEC foi aprovada em 2023, com atuação destacada do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) para endereçar temas relevantes ao mercado, como a exclusão do serviço de energia elétrica do rol das atividades que podem vir a sofrer a incidência do imposto seletivo.

Ao longo de 2024 e 2025, haverá foco nos projetos destinados a regulamentar a PEC – atualmente, há dois projetos em tramitação, o PLP 68/2024 (institui o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo) e o PLP 108/2024 (disposições completares).

Ainda não há indicação dos parlamentares que serão relatores dos projetos. Os grupos de trabalho apresentaram agenda de audiências públicas e a expectativa é que a deliberação aconteça antes do recesso no Congresso Nacional, que começa em 17.07, para que o Senado Federal possa deliberar o tema no segundo semestre.

### **Prioridades da comercialização de energia**

Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia da Abraceel, é o representante da Associação no Grupo Tributário do Fase, organizado para endereçar os temas prioritários do mercado de energia nas discussões pertinentes à regulamentação da reforma tributária. O Fórum elencou diversos temas que foram colocados pelas associações que integram o colegiado e avalia a contratação de assessoria jurídica para analisá-los.

Em paralelo, a Abraceel mapeou quatro temas principais de interesse específico das comercializadoras de energia:

#### 1) Tributação das transações intermediárias de compra e venda de energia

- Prazos e demora para compensação de créditos e débitos na cadeia intermediária.

- Possibilidade de alteração do PL para prever o diferimento até o consumo final.

#### 2) Repasse nos contratos privados (com e sem cláusula de repasse)

- Possibilidade de alteração do PL para incluir o reequilíbrio dos contratos privados.

#### 3) Impactos na tributação do mercado de curto prazo (MCP)

- MCP conta com regime especial de tributação.

#### 4) Formas de reduzir a base de incidência nas tarifas do setor elétrico (exemplo: encargos)

- Alternativas para reduzir a carga tributária do setor.

Os representantes das associadas comentaram que as comercializadoras que atuam em fase intermediária da cadeia produtiva poderão ser muito afetadas pela reforma tributária. Por isso, é preciso coesão nos pleitos para minimizar os impactos.

Os advogados comentaram que o setor elétrico não entrou em nenhum regime especial de tributação, porém, consideram isso fundamental, pois sem legislação específica pode não ser possível operacionalizar o recolhimento dos tributos.

Os advogados também esclareceram que haverá revogação tácita de todas as normas de secretarias estaduais de fazenda e normas de PIS e Cofins, sendo que todas as obrigações acessórias ainda precisarão ser regulamentadas.

Por fim, sobre a proposta de reduzir a carga tributária do setor, foi sugerido que o tema seja excluído, pois outras associações já estão dedicadas a essa agenda. Também foi comentado sobre a importância de a lei prever regra uniforme de renegociação dos preços dos contratos.

### **Novo GT ocorrerá segunda-feira, 15h, para apresentação das propostas tributárias**

Considerando o prazo curto de trabalho no Congresso Nacional, e com o objetivo de apresentar sugestões de textos o mais breve possível, foi agendada nova reunião do Grupo Técnico para 17.06, segunda-feira, às 15h. Na ocasião, o escritório Bichara Advogados apresentará parecer jurídico contratado pela Associação, com análise das implicações legais e propostas legislativas para aprimorar a reforma. [Clique aqui](#).

# Depois de uma década, Abraceel vence ação que impugna custos de ESS da Resolução CNPE 03/2013

## Matéria em 1 minuto:

- Associação impetrou ação contra a União em 2013 impugnando os Encargos de Serviços do Sistema por Segurança Energética impostos pela Resolução CNPE 03 daquele ano;
- Processo vencedor foi conduzido pelo escritório Serrão Advogados;
- Ação foi pioneira e evitou transferência de custos para comercializadoras derivados de medidas para garantir suprimento energético em período de escassez hídrica.

A Abraceel venceu ação impetrada contra a União em 2013 pela qual reclamou a impugnação de dispositivos da Resolução 03/2013 do CNPE, que tentou transferir para comercializadoras e geradoras o custo do Encargo do Serviço de Sistema (ESS) por Segurança Energética derivado de despacho térmico adicional para garantir o suprimento energético.

O processo foi conduzido pelo escritório Serrão Advogados, sob o número 20000-84.2013.4.01.340. Com o trânsito em julgado, não cabem mais recursos.

Após a confirmação da informação por parte do escritório Serrão Advogados, a Associação notificou as empresas que participaram da ação por e-mail, informando do sucesso no caso e enviará oportunamente as instruções do rateio dos honorários de êxito.

**Histórico e resultado** - Há 11 anos, a Abraceel impetrou ação contra a União impugnando os ESS por Segurança Energética impostos pela Resolução CNPE 03/2013.

No dia 11.06.2024, o STJ certificou o trânsito em julgado do Recurso Especial nº 2.065.697/DF interposto pela União. Com isso, consolida-se o Acórdão do TRF-1, que confirmou a tutela antecipada originalmente concedida para desonerar as associadas da Abraceel do pagamento dos ESS por Segurança Energética impostos pela Resolução CNPE 03/2013.

O sucesso nesse embate judicial, conforme lembrado pelo advogado Dr. Serrão, efetivamente definiu teses amplamente vencedoras no Poder Judiciário e reproduzidas em centenas de outros processos, o que reafirma a liderança e a vanguarda da Abraceel na defesa da estrita observância do ordenamento jurídico e dos requisitos de legitimidade dos atos concernentes ao setor elétrico.

# Fazenda reafirma posição contra “jabutis” e diz trabalhar em propostas para beneficiar o consumidor

## Matéria em 1 minuto:

- Ministério da Fazenda informa que, a pedido do Presidente da República, governo trabalha em PL focado no consumidor, com propostas para o baixa renda, a alocação de encargos entre ambientes livre e cativo e o rateio de Angra, entre outros temas;

- Associações apresentaram argumentos contrários aos “jabutis” incluídos no PL da geração eólica offshore e pediram apoio do Ministério para impedir aprovação desses custos;

- Entidades também indicaram preocupação com novas medidas para ampliar subsídios para MMGD, com custos estimados em R\$ 3,9 bilhões ao ano.



No dia 12.06, a Abraceel integrou o conjunto de entidades do setor elétrico que se reuniu com o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, para tratar de pautas setoriais relevantes. Além da Abraceel, participaram representantes da Abrage, Abrace, Apine, Abradee, Instituto Pólis e Frente Nacional dos Consumidores. Dubeux foi acompanhado por assessores e lideranças da Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação.

### “Jabutis” da eólica offshore: Ministério da Fazenda é contra

O grupo de associações, criado para combater os “jabutis” incluídos no PL 11.247/2018 (eólica offshore), apresentou os resultados de estudo da consultoria PSR que concluiu que as medidas têm potencial impacto direto no custo para o consumidor de R\$ 25 bilhões por ano até 2050 – equivalente a R\$ 658 bilhões até 2050. Isso gera potencial aumento no custo de energia de 11%, o que possui reflexos diretos na inflação, no poder de compra da população e na competitividade do país. Assim, as entidades solicitaram apoio do Ministério da Fazenda para que os “jabutis” não sejam aprovados.

Dubeux e equipe afirmaram que o Ministério da Fazenda tem se posicionado de forma contrária aos “jabutis” e que a existência deles retira prioridade do PL da eólica offshore, inicialmente incluído no Plano de Transformação Ecológica liderado pela pasta. Segundo a equipe, a Fazenda tem dialogado

com parlamentares e relator de forma a excluir as propostas do texto. Dessa forma, agradeceram o estudo apresentado pelas entidades que, segundo eles, é importante para subsidiar as ações do Ministério.

### **MMGD: PL adiciona R\$ 3,9 bilhões ao ano de subsídios**

As entidades também demonstraram preocupação com alguns dispositivos recentemente aprovados pela Câmara dos Deputados no PL 624/2023, que altera o marco legal da micro e minigeração distribuída, a Lei 14.300/2022, e podem trazer impactos para o desenvolvimento do mercado, com aumento de subsídios tarifários e mais custos aos consumidores. Segundo estudos da Abradee, o PL adiciona R\$ 3,9 bilhões ao ano de subsídios a serem pagos pelo consumidor.

Dubeux e equipe afirmaram que o Ministério da Fazenda também tem preocupação com o tema e que já está dialogando com outras pastas do governo e parlamentares para buscar maior equilíbrio nas propostas.

### **PL do consumidor: Abraceel defende modernização setorial e abertura do mercado**

Durante o encontro, a Abraceel aproveitou a oportunidade para enfatizar a necessidade de modernização do marco regulatório do setor elétrico, com maior abertura e empoderamento do consumidor.

A equipe do Ministério da Fazenda informou que, a pedido do Presidente Lula, está trabalhando em propostas para beneficiar o consumidor de energia elétrica. O tema também envolve Casa Civil, MME e MDIC.

Segundo a pasta, estão sendo discutidas propostas envolvendo o consumidor de baixa renda, alocação de encargos entre os ambientes livre e cativo, rateio de Angra e outros. Questionados, afirmaram que os agentes serão chamados a contribuir no momento certo, pois o Governo ainda não tem proposta fechada.

A apresentação realizada durante o encontro [está disponível](#) na área do associado.

# Após workshop da Cpamp, Grupo Técnico discute alterações nos modelos computacionais

## Matéria em 1 minuto:

- Associados não estão seguros quanto às vantagens do Newave Híbrido perante à complexidade incorrida pelo modelo;
- Preocupações estão relacionadas à instabilidades e picos desnecessários no CMO, falta de clareza sobre redução dos encargos e tempo e custo computacional;
- Abraceel irá enviar contribuição para sugestões das associadas, pleiteando que a discussão sobre a implantação do Newave Híbrido seja condicionada ao resultado de um “período sombra”.



No dia 13.06, a Abraceel realizou reunião do Grupo Técnico para discutir propostas de alteração nos modelos computacionais da Cpamp, conforme apresentado na Consulta Pública MME 162/2024. A reunião contou com a participação de aproximadamente 150 associados.

A Consulta Pública MME 162/2024 aborda, principalmente, a implementação do modelo Newave Híbrido, que propõe uma representação mais detalhada e individualizada das usinas hidrelétricas nos primeiros 12 meses do horizonte de planejamento, visando melhorar a precisão das simulações e otimizações do SIN. A proposta inclui também a utilização de parâmetros de CVaR (15,40).

### Histórico de discussão

Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia da Abraceel, iniciou a reunião contextualizando a atuação da Abraceel nas últimas semanas. No dia 14.05, foi realizada a primeira reunião do Grupo Técnico, onde as associadas expressaram a necessidade de realizar mais testes com o Dessem. Assim, a Abraceel enviou carta à Cpamp no dia 21.05 pela qual solicitou estudos adicionais envolvendo o Dessem.

Posteriormente, a Abraceel distribuiu um formulário para mapear o posicionamento das associadas sobre a implantação do Newave Híbrido, que recebeu 37 respostas, com 89% das contrárias à implantação naquele momento.

A Cpamp atendeu ao pleito da Abraceel e organizou um workshop no dia 12.06 para apresentar estudos adicionais.

Além disso, a Abraceel enviou outra carta pleiteando o adiamento do prazo de contribuições à consulta pública. A Cpamp sinalizou que o prazo foi postergado até 24.06, ainda aguardando a publicação desse adiamento no DOU.

### **Cpamp realiza workshop para apresentar resultados do Dessem**

No dia 12.06, a Cpamp realizou workshop para apresentar os resultados das rodadas do Dessem utilizando o modelo Newave Híbrido. O evento contou com a participação de diversos agentes públicos e privados do setor elétrico, que compartilharam análises e preocupações sobre impactos e eficácia da implementação desse modelo.

Durante o workshop, empresas apresentaram conclusões, comentando que o Newave Híbrido trouxe um componente de imprevisibilidade, com spikes de CMO mais frequentes e intensos, sem uma contribuição significativa para o despacho termelétrico, o que não agrega segurança sistêmica.

Após a exposição dos participantes, a Cpamp apresentou estudos pelos quais mostrou que embora tenha havido um ligeiro acréscimo no CMO devido à representação híbrida, não foram observadas alterações significativas na capacidade de despacho do Dessem. No entanto, essas questões poderão ser avaliadas oportunamente.

### **Argumentos favoráveis e contrários**

Na sequência da reunião, Alexandre Lopes pontuou os principais argumentos contra e favor mapeados pela Abraceel. Os representantes das associadas destacaram que, pelos resultados do Dessem, não ficou claro se, de fato, há redução de encargos, como levantado pela Cpamp. Também foi comentado que os resultados apresentados pelo Newave Híbrido pouco diferem do que já se obtém atualmente, mas com um tempo computacional maior e custo de máquina elevado. A complexidade maior e os custos não se justificam, pois não há ganho de eficiência suficiente.

Sobre os estudos realizados com o Dessem, comentou-se que os resultados mostraram instabilidades e picos desnecessários no CMO, o que não é coerente. Sendo assim, os impactos do Dessem deveriam ter sido investigados com mais profundidade. Além disso, foi sugerido que deveria haver um “período sombra” de pelo menos 12 meses antes da decisão pela implementação modelo.

A Abraceel irá circular minuta de contribuição à consulta pública com o Grupo Técnico em breve, com proposição de que a implantação do Newave Híbrido seja realizada somente após realização de “período sombra” dado o número de incertezas ainda não resolvidas.

A apresentação realizada na reunião pode ser lida na área restrita do site da Abraceel, aba de [“Apresentações exclusivas”](#).



# PERÍODO SOMBRA

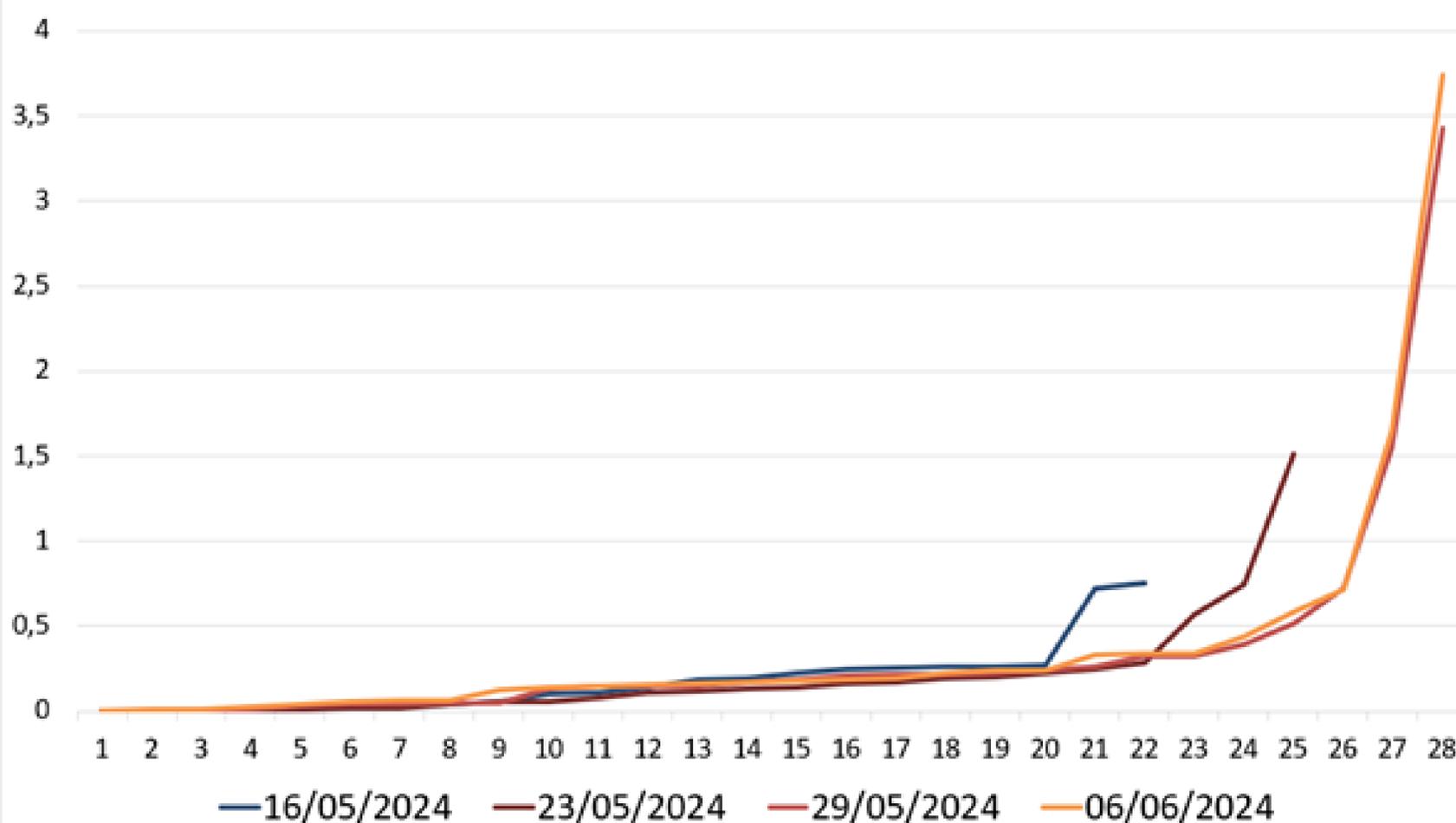
## MONITORAMENTO DE MERCADO

### Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	06.06
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	92%
Autoprodutor	100%
Gerador	97%
Produtor Independente	99%

06.06	Associadas Abraceel	Comercializadores	Geradores	Autoprodutores	Produtores Independentes
PL negativo	3%	4%	5%	5%	3%
FA zero	68%	68%	76%	50%	69%
FA maior que zero	26%	18%	16%	40%	24%
Média FA (maior que zero)	0,3777	0,3980	0,0186	0,4788	1,0874
Média FA	0,10	0,08	0,00	0,21	0,28
Desvio Padrão	0,42	0,60	0,01	1,51	4,77

Distribuição FA maior que zero - Associados Abraceel



# ABRACEEL NA MÍDIA



## O futuro dos leilões de energia nova

**Fonte:** Canal Energia

[Acesse aqui](#)



## Rede de farmácias economiza 20% com energia renovável

**Fonte:** CNN Energia

[Acesse aqui](#)



## Em impasse com Aneel, CCEE deve adiar eleição de conselheiros

**Fonte:** MegaWhat

[Acesse aqui](#)



## O futuro é agora: os desafios da abertura do mercado livre

**Fonte:** Canal Energia

[Acesse aqui](#)



## Abraceel interesada en nuestra energía

Fonte: ABC

[Acesse aqui](#)

## ABRACEEL NAS REDES SOCIAIS



## CURTAS

### **CCEE suspende temporariamente eleição para Conselho de Administração**

A CCEE informou, no dia 12.06, que as seletivas para candidatos ao Conselho de Administração da instituição estão temporariamente suspensas. Com isso, não foram realizadas as escolhas prévias de candidatos nas categorias de comercialização e de geração. A suspensão ocorre após a Aneel sinalizar que é necessário, antes de realizar as eleições, homologar o novo estatuto social, tema que está em análise na área técnica da agência reguladora, sem prazo para ser pautado. De acordo com o [comunicado da CCEE](#) o processo será retomado oportunamente, preservando todos os atos já praticados.

### **Após retirada de pauta em apoio ao movimento "Valoriza Regulação", itens voltam para deliberação da diretoria da Aneel**

Todos os itens da reunião de Diretoria do dia 11.06 foram retirados de pauta em apoio ao ato Valoriza Regulação, pela valorização das carreiras nas agências reguladoras. Assim, os seguintes itens voltaram à pauta da reunião do dia 18.06: (i) a avaliação dos projetos submetidos à 2ª Chamada Pública de Sandboxes Tarifários e criação do ambiente regulatório experimental e temporário e (ii) o resultado da Consulta Pública nº 43/2023, sobre a definição de padronização do número de identificação da unidade consumidora e demais instalações dos usuários de energia elétrica.

### **Para reduzir possibilidade de sobreoferta, Abraceel propõe a realização de leilões de energia existente antes dos de energia nova e espera contribuições até dia 19.06**

A Abraceel enviou às associadas minuta de [carta](#) a ser enviada ao MME sugerindo que sejam realizados leilões de energia existente (LEE) antes dos de Energia Nova (LEN), conforme previsto na Portaria MME 789/2024. O documento aborda que é necessário considerar a situação atual do sistema elétrico, que apresenta cenário de excesso de oferta, além dos riscos de agravamento de desequilíbrios entre oferta e demanda caso os leilões de energia nova sejam realizados, impactando preços no mercado. A minuta recebe contribuições até o dia 19.06 pelo [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br).

### **PMSP quer migrar 193 UCs para o mercado livre**

A Prefeitura do Município de São Paulo abriu a Consulta Pública 01/2024 para colher contribuições para o projeto de migração de 193 unidades consumidoras da administração direta do município para o mercado livre de energia, incluindo o fornecimento de energia incentivada e procedimentos para migração, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço global por lote. Há dois lotes. Um, congrega 97 unidades consumidoras que consomem 149.121 MWh, e o outro, reúne 96, que somam 182.892 MWh. Para mais informações, [acesse a documentação](#). Com o objetivo de apresentar e responder eventuais dúvidas, a Prefeitura organizou

um Roadshow virtual na próxima quarta-feira, 19.06, às 17. Para participar, se inscreva pelo [link](#).

## **CAEMA também quer migrar ao ACL e espera propostas até 17.06**

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), concessionária estadual de saneamento básico que atua em 158 municípios do Maranhão, informa que pretende realizar a migração de 153 unidades para o mercado livre de energia, exclusivamente de fonte incentivada a 50%, em lote único, na modalidade varejista e com ponto de entrega no centro de gravidade norte. As 153 unidades consumidoras escolhidas consomem cerca de 156.456.219,16 MWh de energia elétrica por ano, o que representou despesa de R\$ 56 milhões em 2023 no mercado regulado. O escopo engloba, além do fornecimento de energia, os serviços de migração para o ACL, incluindo denúncia ao contrato, serviços de engenharia para adequação da infraestrutura de medição, representação e gestão na CCEE, além de gestão das faturas e adequação da medição. Há regra de repartição de riscos: o valor das adequações da infraestrutura que ultrapassar R\$ 40 mil será custeado pela contratante. A licitação será na modalidade eletrônica, nos termos da Lei 13.303/16, e o critério de seleção será o de maior desconto sobre o valor da tarifa do mercado regulado. A Caema informa que o preço ofertado deve compreender todos os tributos aplicáveis, encargos de serviços do sistema, encargos de energia de reserva, demais encargos relacionados às obrigações financeiras com a CCEE, custos de migração para o sistema, implantação de telemetria e todos os custos de gestão. O contrato terá prazo inicial de 2 anos, prorrogável por até 10 anos, considerando a legislação vigente, e há regras e flexibilidade. A Caema prorrogou o prazo para recebimento de propostas até 17.06. Para maiores informações, contatar o Coordenador de Eficiência Energética, Cyrilo Lemos, por e-mail [coord.eficienciaenergetica@caema.ma.gov.br](mailto:coord.eficienciaenergetica@caema.ma.gov.br).

## **Abraceel debate defesa da concorrência com consultor do Senado**



Em 12.06, a Diretoria da Abraceel reuniu-se com Rutelly Marques, consultor legislativo do Senado Federal, e ex-integrante dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, para discutir sobre problemas de abuso de poder de mercado na migração de consumidores ao mercado livre. Na pauta, as competências do CADE e da Aneel para tratar de eventuais problemas de defesa da concorrência e possíveis caminhos para solucioná-los.

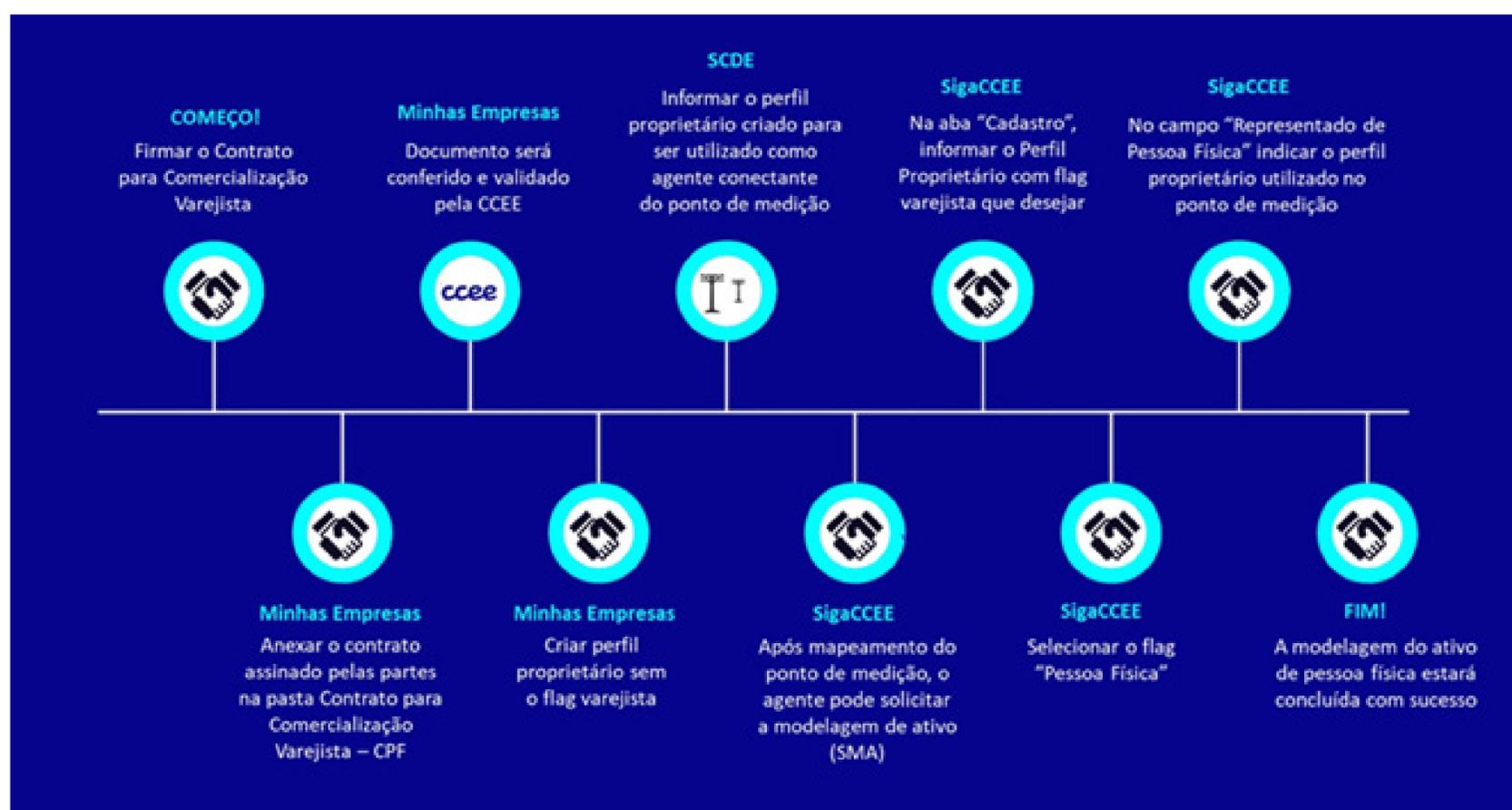
## Abraceel e Eletrobras discutem importação do Paraguai

No dia 10.06, a Abraceel se reuniu com a associada Eletrobras para discutir o processo de exportação anunciado pela ANDE, estatal do Paraguai, para venda direta de energia no mercado livre brasileiro. Na edição anterior do [Relatório Semanal](#), foram detalhadas as perspectivas e formato dessas operações de comercialização, fruto de reunião da Abraceel com a ANDE e CIER.

## Com BBCE e Bichara, Abraceel discute entraves tributários no mercado de derivativos

No dia 10.06, a Abraceel realizou reunião com especialistas do escritório Bichara Advogados e da BBCE para discutir questões tributárias relacionadas aos derivativos de energia. O avanço dos derivativos é uma meta antiga da Abraceel e, em parceria com a BBCE, já foram lançados três e-books que explicam os principais tópicos sobre o funcionamento dessas operações, bem como pesquisas, workshops e palestras para difundir seus benefícios. Os advogados solicitaram um diagnóstico dos principais problemas no desenvolvimento do mercado de derivativos no âmbito tributário.

## CCEE cria ferramenta para modelagem de ativos de pessoas físicas



A CCEE implementou nova funcionalidade nos sistemas Minhas Empresas e SigaCCEE, permitindo que agentes varejistas modelem ativos de pessoas físicas de forma autônoma. O assunto foi tratado pela Abraceel em carta à CCEE, que apontou problemas na modelagem de ativos de pessoas físicas via chamado. Para a modelagem via sistema, o agente deve firmar e anexar o Contrato para Comercialização Varejista (CCV) no Minhas Empresas e a CCEE validará a documentação em até cinco dias úteis. Após a aprovação, o varejista deve criar um perfil proprietário sem o flag varejista para a migração do ativo. A distribuidora deve informar esse perfil no SCDE para usá-lo como agente conectante do ponto de medição. Com o ponto de medição mapeado, a modelagem do ativo pode ser iniciada no SigaCCEE, permitindo que o varejista escolha o perfil varejista desejado para a identificação.

Até 23.07.2024, os agentes devem regularizar os ativos modelados no modelo contingencial. Após essa data, a CCEE fará as adequações necessárias, utilizando o perfil varejista mais antigo classificado como "consumidor livre" e flag varejista de cada agente. Mais detalhes no [comunicado](#).

## **InfoMercado da CCEE deixará de ser atualizado a partir de agosto de 2024**

A Câmara informou que a última atualização do InfoMercado ocorrerá em 11 de julho de 2024, com dados referentes a maio de 2024. O histórico das planilhas continuará disponível no Portal CCEE, mas os dados passarão a ser divulgados exclusivamente no [Portal Dados Abertos CCEE](#). Lançado em julho de 2023, o Portal Dados Abertos CCEE reúne as informações anteriormente publicadas nas planilhas do InfoMercado, oferecendo 132 conjuntos de dados para uma visão abrangente do mercado de energia. Para facilitar a transição, a CCEE disponibiliza um documento de referência que ajuda os usuários a encontrar as informações específicas das [antigas planilhas](#). O Portal oferece praticidade na integração de dados via APIs, além de possuir manuais e vídeos orientativos disponíveis no Portal de Aprendizado para auxiliar no uso do novo sistema.

## **Whatsapp: Abraceel iniciará migração de grupos para modelo comunidades**

A Abraceel adiou a implantação do modelo de comunidade para o grupo de Informes no WhatsApp para a próxima segunda-feira, dia 17.06. O modelo atual, de lista de transmissão, será descontinuado. O formato de comunidade, já adotado para os associados que recebem o Relatório Semanal, visa aprimorar a segurança da informação, agilidade e eficiência, garantindo privacidade e boa experiência aos acessantes. Os participantes do grupo Informes, cujo escopo é enviar às associadas informações relevantes do mercado com agilidade, serão inseridos na nova comunidade automaticamente pela Abraceel. Durante a primeira semana, as associadas receberão as notícias pelos dois modelos – lista de transmissão e comunidade. Caso ainda não faça parte do grupo e deseje participar, envie um e-mail para [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br). O mesmo vale para os associados que queiram receber o Relatório Semanal por WhatsApp.

## **AICE define agenda estratégica de trabalho**

No dia 11.06, a Abraceel participou da reunião de Diretoria da Associação Ibero-Americana de Comercialização de Energia (AICE) para debater as diretrizes da agenda de trabalho, tendo sido definidas as seguintes prioridades:

- Interlocução com bancos de desenvolvimento para compreender linhas de atuação e financiamento para a transição energética e políticas energéticas, visando que essas instituições estabeleçam em suas agendas o avanço da comercialização de energia nos países ibero-americanos como ferramenta de desenvolvimento dos mercados e negócios na região;
- Interação com a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) para entender políticas energéticas na região; e

- Atuar com a Associação Ibero-Americana de Entidades Reguladoras de Energia (ARIAE) para apresentar os desafios e benefícios da comercialização de energia na região, inserindo na agenda política a liberalização dos mercados energéticos da região como ferramenta relevante para a transição energética, flexibilidade dos sistemas, integração energética, empoderamento dos usuários e desenvolvimento econômico local.

A AICE buscará especialistas sobre mercados de referência como Califórnia, Austrália e Texas para apresentações, o que se somará à iniciativa de realizar um seminário virtual, que foi proposto pela Abraceel. Além disso, a AICE ainda trabalhará na produção de análises comparativas que mostrem aspectos da regulação nos países ibero-americanos e atuará na efetivação de acordos com universidades para guiar a produção de estudos e teses alinhados com os interesses da Associação.

## Com Banco do Brasil, Abraceel debate oportunidades no mercado livre



Em 11.06, a Abraceel recebeu equipe do Banco do Brasil para discutir o processo de abertura e oportunidades no mercado livre de energia. Estavam presentes representantes ligados às unidades de energia, carbono e parcerias estratégicas do banco.

## Copam apresenta balanço energético do primeiro trimestre de 2024

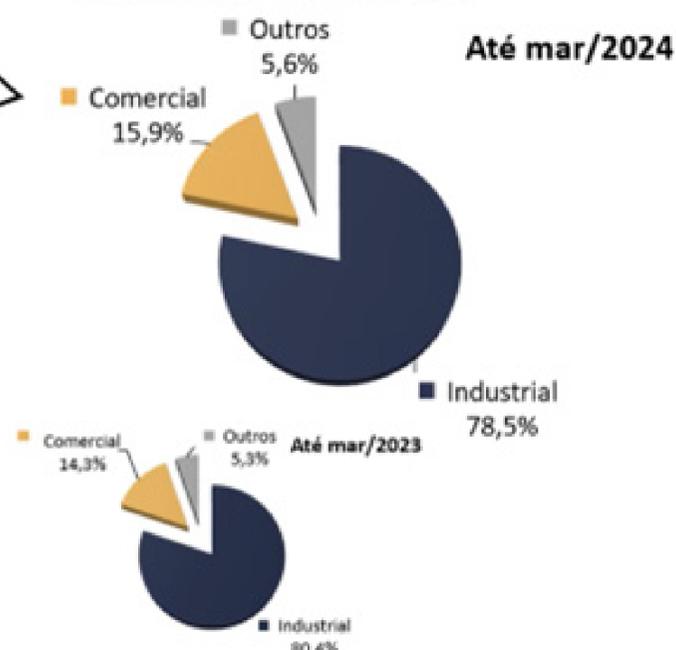
Consumo Total | cativo e livre



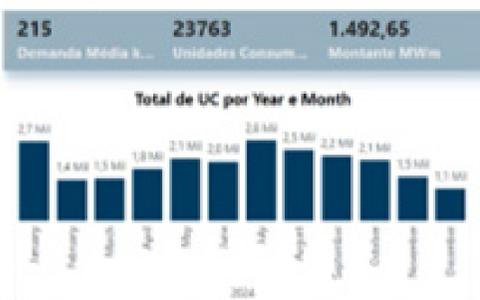
Participação no consumo total 12 meses (%)



Consumo Livre 12 meses (%)



Fonte: EPE, 2024.

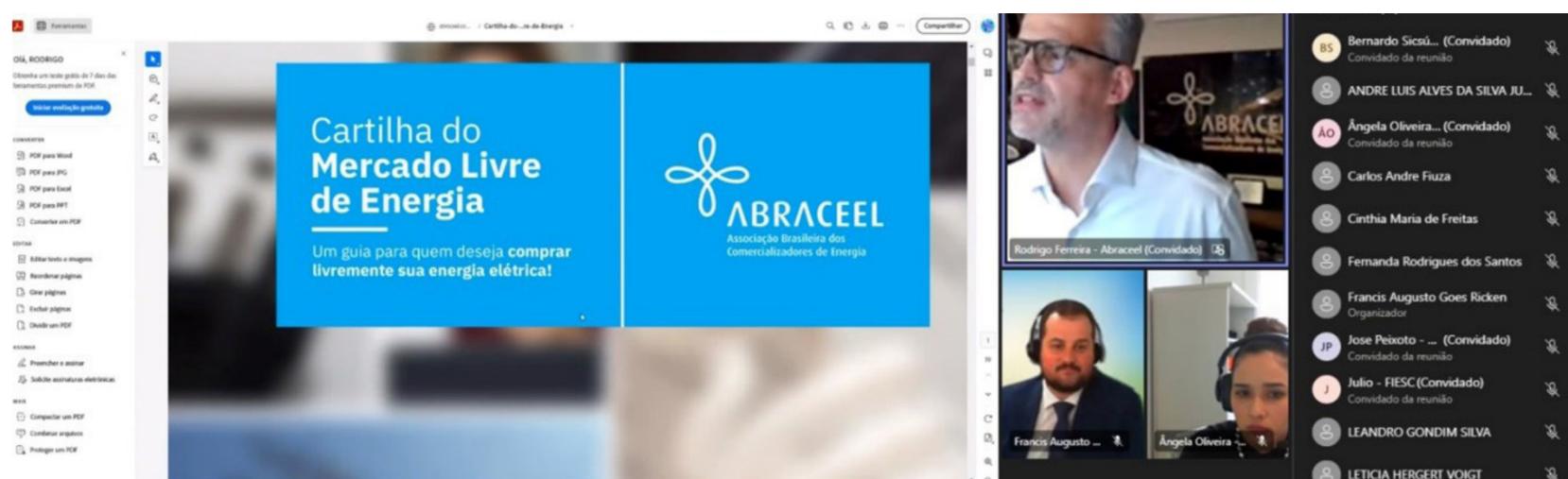


Fonte: ANEEL – Relatório de Migração Potencial do ACL, 30/04/2024.

No dia 13.06, a Abraceel participou do 2º Workshop da Comissão Permanente de Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica (Copam) de 2024, organizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Durante o evento, a EPE apresentou panorama econômico, destacando o contexto internacional, a evolução do PIB brasileiro no último trimestre, a situação da indústria, do mercado de trabalho, da inflação e das taxas de juros. Em seguida,

foi apresentada a evolução do consumo total, industrial e residencial, entre consumidores cativos e livres, além do crescimento por submercado. O ONS abordou o acompanhamento da carga, com destaque para o crescimento comparativo entre 2023 e o primeiro trimestre de 2024. Por fim, a CCEE apresentou o balanço de geração e consumo em 2024, mencionando o cenário meteorológico e o recorde de migrações com a abertura do Grupo A, resultado da Portaria 50 do MME. Foi destacado que em 2024, até maio, o número de migrações já superava o total de 2023, com média de 1.784 migrações por mês. Os setores de comércio e serviços foram os que mais se destacaram nessas migrações.

## Para oito federações de indústria, Abraceel e CNI se unem para divulgar o ACL



Está em progresso a parceria que a Abraceel tem feito com a CNI para divulgar os benefícios do mercado livre para aqueles consumidores que já poderiam migrar para o ACL. Em vista disso, no dia 13.06, a CNI reuniu representantes de oito federações de indústria para que houvesse alinhamento para demonstrar como a parceria entre Abraceel e Federações de Indústria será realizada, abordando soluções para as principais dúvidas e sugestões. Rodrigo disponibilizou a oportunidade de agendar uma live com as federações interessadas, de 45 a 60 minutos, quando seria explicado o que é o mercado livre, como esse mercado está estruturado, como são as experiências internacionais, benefícios, impactos da migração da indústria do estado da federação e como migrar para o mercado livre. Rodrigo também falou sobre a Cartilha do Mercado Livre de Energia, de autoria da Abraceel, mas disponível para que as federações possam inserir suas respectivas logos e distribuir aos seus associados, dado o conteúdo didático disponível no material. Os presentes tiraram suas dúvidas durante o encontro, questionando sobre preços do mercado livre, disponibilidade de estudos, diferenças entre MMGD e mercado livre, entre outras dúvidas devidamente explicadas pela Abraceel. Por fim, foram disponibilizados os contatos da Associação, para que as federações busquem o agendamento das lives. Participaram representantes das Federações dos seguintes estados: Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Paraná, Goiás, Paraíba e Santa Catarina.

## A convite, Abraceel participa de painel do TCU sobre intercâmbios internacionais de energia elétrica

58 participantes estiveram presentes ao painel, realizado de forma "on-line", representantes de instituições do setor elétrico (CGU, TCU, MME, EPE, Aneel, ONS, CCEE), associações (Abraceel, Abrace, Abrage, Abraget, Frente Consumidores, CIER), empresas (Âmbar, Eletrobras, Tradener, PSR) e universidades (GESEL, USP).

O TCU informou que o objetivo da reunião foi relatar e discutir o processo aberto no Tribunal de fiscalização para avaliar o processo de autorização para importação de energia, em especial o caso de Roraima. Para tanto, elaborou uma matriz de planejamento sobre “Intercâmbios internacionais de energia elétrica envolvendo o Brasil”, que tem como auditados MME, ONS, CCEE, EPE e Aneel, cuja premissa básicas é identificar se “as diretrizes de intercâmbio internacional são transparentes e induzem a competitividade necessária para alcançar o uso eficiente da energia envolvida nos processos de importação e exportação de energia, promovendo efetivamente a redução da tarifa dos consumidores do SIN e dos Sistemas Isolados, a segurança energética e evitando o uso indevido de encargos e subsídios?”

O trabalho elenca 15 tipos de riscos agrupados em quatro questões de auditoria: 1 – “O processo de intercâmbio internacional envolvendo o Brasil está baseado em estruturas de governança adequadas, bem como desenhado de maneira a promover a competitividade, a transparência e a integração eletroenergética regional?”; 2 – “Em que medida a importação de energia pelo Brasil contribui para a redução da tarifa de energia elétrica e para a segurança energética desde a sua regulamentação comercial em 2019?”; 3 – “O processo de autorização da importação de energia elétrica para o sistema isolado de Roraima considerou as particularidades desse sistema isolado?” e 4 – “Em que medida a exportação de energia elétrica pelo Brasil impacta na tarifa de energia e contribui para a eficácia do SIN?”.

Vários participantes apresentaram comentários e sugestões ao TCU, que pretende refinar o trabalho com base nessas contribuições. A auditoria está na fase final da etapa de planejamento, na qual busca delimitar elementos como escopo, pontos prioritários e, principalmente, escolha de como poderá ser feita, de modo a agregar mais valor às atividades e processos das instituições envolvidas relativamente ao tema.

## **CURTAS - Gás Natural**

### **Aumento tarifário da NTS 1: Fórum do Gás pede apoio ao MME e reavaliação da ANP**

Em carta ao MME e à ANP, o Fórum do Gás criticou o aumento tarifário praticado pela Nova Transportadora do Sudeste (NTS), que foi homologado pela ANP, com tarifas majoradas em até 30%. Na correspondência ao MME, o Fórum explicou o contexto e os impactos da decisão e solicitou apoio para revisá-la. Para a ANP, o colegiado solicitou reavaliação do “resultado do processo de oferta da NTS, para impedir impacto tão expressivo nos custos de transporte e à concorrência no suprimento de gás natural ao mercado”. O Fórum lembrou que há comprometimento público do MME em tornar o gás natural mais competitivo, abordando o alto custo das infraestruturas do setor. [Acesse os documentos.](#)

### **Aumento tarifário da NTS 2: Conselho de Carregadores também pede revisão**

Além do Fórum do Gás, o Conselho de Carregadores (CdU) de gás natural também expressou, por carta endereçada à ANP, apreensão com o au-

mento tarifário praticado pela transportadora NTS, resultante do processo de oferta de capacidade 2024, que pode elevar as tarifas de entrada em até 30% em relação ao valor aprovado pela ANP em consulta pública. O CdU também apontou que o aumento tarifário impactará a concorrência no mercado e vai onerar carregadores que utilizam o gasoduto da NTS. Diante dos argumentos apresentados, o Conselho solicitou à ANP a reconsideração do resultado da decisão que propiciou esse aumento de valores, atribuído pela NTS à frustração de demanda. Devido à importância e urgência do tema, o CdU também solicitou reunião virtual com a Diretoria da ANP. [Confira o documento.](#)



*Rodrigo Pacheco devolve parte da MP 1.227 que trata da compensação do PIS/Cofins). Líderes partidários definem prioridades para votação pré-recesso parlamentar e energia elétrica está no radar. Governo publica Medida Provisória e Decreto ligados à Amazonas Energia.*

**Governo publica MP e decreto sobre setor elétrico** - o governo publicou a [MP 1232](#), que permite transformar em energia de reserva os contratos de compra e venda de distribuidoras que, até 2009, eram do sistema isolado e estão lastreados por termelétricas com gasodutos reembolsáveis pela CCC. A medida foca na Amazonas Energia, que tem situação financeira delicada.

O governo também publicou [decreto](#) que complementa a MP e trata da extinção da outorga relacionada à produção independente de energia nos sistemas isolados, com a alienação ou remoção dos bens e instalações dependentes de autorização prévia e expressa do poder concedente.

Com prazo de 45 dias para a Aneel regulamentar a matéria e posterior 15 dias para a CCEE concluir o processo de assinatura dos Contratos de Energia de Reserva, há expectativa de que a MP caduque, produzindo efeitos durante a sua tramitação.

**Prioridades de votação antes do recesso parlamentar inclui setor elétrico**- o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e líderes partidários acordaram votar projetos alinhados à pauta econômica antes do recesso parlamentar, que inicia dia 17.07. Dentre os temas, consta a preocupação com temas do setor elétrico e a indicação de avanços na tramitação do [PL 1.956/2024](#), que apresenta igual teor à MP 1212, acrescentando dispositivo que assegura a participação de usinas movidas a carvão mineral nos leilões de reserva de capacidade.

Além disso, há prioridade da Câmara dos Deputados para finalizar a deliberação dos projetos referentes à regulamentação da reforma tributária ainda no primeiro semestre, para que essa agenda fique sob a responsabilidade do Senado Federal após o recesso.

Quanto ao Senado Federal, há expectativa que seja deliberado, ainda no primeiro semestre, o PL 576/2021 (geração eólica offshore), que está sendo relatado pelo senador Wewerton (PDT-MA). [Saiba mais.](#)

**Debate sobre hidrogênio caminha para finalização no Senado** - a Comissão Especial do Hidrogênio Verde (CEHV) do Senado Federal aprovou o [PL 2.308/2023](#), além da sua urgência, priorizando a análise do PL no Plenário. Após aprovada, a matéria retorna para deliberação final na Câmara dos Deputados antes da sanção presidencial. A matéria cria o Rehidro, regime de incentivos que isenta de contribuições as empresas que realizarem investimentos em hidrogênio verde no prazo de cinco anos. Esse benefício também será usufruído por empresas que produzam qualquer tipo de biocombustível, como etanol, biogás ou biometano. [Veja mais.](#)

## Próxima semana

**Audiência pública sobre hidrogênio verde, dia 18.06, às 15h** - na próxima semana, a Comissão de Desenvolvimento Econômico realizará audiência pública para discutir o hidrogênio verde nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Os convidados estão [listados aqui](#).

**Audiência pública sobre exploração de petróleo na Bacia Sedimentar do Tacutu em Roraima, dia 18.06, às 10h** - Comissão de Minas e Energia [discute](#) a exploração de petróleo na bacia sedimentar do Tacutu, em Roraima.

**Debate sobre energia nuclear, dia 19.06, às 14h** - Em [reunião conjunta](#), as Comissões de Minas e Energia e de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde promovem debate sobre a importância da energia nuclear no cenário global.

## Audiências públicas sobre a Reforma Tributária:

### Dia 18.06:

- 9h: Transportes, bares, restaurantes, turismo, hotelaria e parques. [Veja aqui.](#)
- 14h: Administração tributária – fisco. [Veja aqui.](#)
- 14h30: Zona Franca de Manaus, Simples e regime específico de compras públicas. [Veja aqui.](#)

### Dia 19.06:

- 9h: Entidades imunes. [Veja aqui.](#)
- 14h30: Transição para o novo modelo. [Veja aqui.](#)

### Dia 20.06:

9h: Reforma tributária e combate às desigualdades. [Veja aqui.](#)

## PRÓXIMA SEMANA

### A Abraceel estará presente aos seguintes encontros:

**17.06 - Segunda-feira:** reunião do Grupo Técnico para discutir reforma tributária, quando o escritório Bichara Advogados apresentará avaliação legal e propostas legislativas, às 15h;

Reunião extraordinária do Conselho de Carregadores (CdU) de gás natural, às 16h;

Reunião com o advogado Rubens Rizek para dialogar sobre reforma tributária, às 16h.

**18.06 - Terça-feira:** Reunião com Andrea Macera, Secretária de Competitividade e Política Regulatória do MDIC para apresentação do estudo sobre benefícios do mercado livre de energia para indústria e comércio, às 10h;

Encontro Eneva & BTG Pactual, às 18h30.

**19.06 - Quarta-feira:** Lançamento Shell Cenários, da associada Shell, às 8h;

Reunião com a associada BTG sobre o mercado de gás natural, às 11h;

Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico (Enase), nos dias 19 e 20.06, no Rio de Janeiro.

**20.06 - Quinta-feira:** Reunião Extraordinária do Fórum do Gás, às 14h30.

**21.06 - Sexta-feira:** Reunião do Grupo Técnico para discutir estudo da Abraceel que analisa a abertura do Grupo B em 2026 e proposta de projeto de lei elaborado por um conjunto de associações, às 11h.